



ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dezenove dias do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **160ª (Centésima Sexagésima) Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **dezembro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convidada, a Senhora Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 159ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 01/12/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Novembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 1159, de 17/12/2008).** A Srª. Eugênia, representante da Audin, informou da impossibilidade de apresentar ao Conselho a análise das demonstrações contábeis do mês de novembro, tendo em vista que as mesmas somente foram entregues àquela Unidade no dia anterior à realização da Reunião do Confis, ou seja, 18 de dezembro. Diante disso, o Conselho Fiscal não pode efetuar uma análise detalhada das referidas demonstrações, registrando, apenas, os itens que se seguem, sem demonstrar o resultado das atividades próprias e das operações governamentais: **a)** A Receita de Vendas e Serviços apresentou uma considerável redução de 78,48%, alcançando R\$ 32,82 milhões, valor inferior aos R\$ 152,50 milhões obtidos no mês anterior: **i)** A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 29,97 milhões, o que representou um decréscimo de 80% em relação a outubro/2008, quando foi registrado um montante de R\$ 149,83 milhões; e **ii)** A Receita de Serviços (R\$ 2,84 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou um aumento 6,99% em relação a outubro/2008 (R\$ 2,66 milhões). **b)** A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou uma redução de 78,52%, alcançando R\$ 31,79 milhões, valor inferior aos R\$ 148,01 milhões obtidos no mês anterior. **c)** O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 29,93 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, sendo necessária a equalização de preços, no valor de R\$ 3,08 milhões, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 1,85 milhão. **d)** As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de 69,06%, passando de R\$ 29,65 milhões em outubro para R\$ 50,12 milhões em novembro/2008; **e)** As Receitas Operacionais diversas passaram de R\$ 23,60 milhões no mês anterior para R\$ 47,71 milhões no mês de novembro, registrando-se um acréscimo da ordem de 102,12%; **f)** O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 3,73 milhões, apresentando um acréscimo de 110,79% em relação a outubro, cujo resultado positivo foi de R\$ 1,77 milhão. No acumulado do ano, o resultado líquido foi positivo, no valor de R\$ 18,12 milhões. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2600, de 12/12/2008).** Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 880ª e 881ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: **a) Ata da 880ª Reunião: (i) Portaria nº 292, de 21/11/2008**, que baixou os procedimentos orientando o processo de encerramento do Balanço, referente ao exercício financeiro de 2008 e determinando que as áreas envolvidas observem rigorosamente os prazos máximos fixados para atendimento às ações relacionadas ao encerramento do exercício; **(ii) Edição de Portaria do Conselho de Administração:** Informa que foi aprovada pelo Conad a proposta de alteração da Resolução Conab nº 008/2008, de

29/07/2008, no sentido de conceder aos Procuradores da Conab que estiverem à disposição da Consultoria Jurídica do Mapa, a Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ; **b) Ata da 881ª Reunião:** Informado pelo Diretor da Dirhu que, na elaboração da folha de pagamento do mês de novembro/2008, ocorreram lançamentos equivocados e alguns contracheques com valores distorcidos. A falha foi detectada e deverá ser corrigida na próxima folha. A diretoria manifestou preocupação com a situação e recomendou ao Diretor que adotasse todas as medidas necessárias para a solução dos problemas, ainda dentro do corrente exercício; Aprovação da proposta de alteração no texto do Voto Diafi nº 024 /2008, de 25/02/2008, aprovado na 842ª Redir, definindo que o prazo do pagamento, para compra de imóveis da Conab por Órgãos e Entidades Públicas, passe a ser de até 48 meses, em substituição aos atuais 36 meses, desde que dentro de um mesmo mandato eletivo. **4.2. Ata da 187ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise da referida Ata, o Conselho considerou relevantes os seguintes itens: **(i) Relatório de Gestão – 3º trimestre/2008:** Aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório de Gestão do 3º trimestre/2008, cujo objetivo é demonstrar a atuação da Conab ao longo dos 3 primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas atividades executadas no período e que foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais das diversas unidades orgânicas da Companhia; **(ii) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2008:** Aprovação pelo Conselho de Administração do referido relatório; **(iii) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética:** Aprovação pelo Conad da proposta de promover, de acordo com o explicitado pela Nota Técnica Audin nº 016/2008, a adequação do “Regimento Interno” da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do “Código de Ética da Auditoria Interna”, cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhe são afetos. O Conad recomenda que a companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab; **(iv) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008, referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal:** O Conad, através do conselheiro Silas Brasileiro, solicitou à Procuradoria-Geral - Proge que apresentasse relatório sobre o assunto em questão, cujo despacho do Ministro havia sido apresentado pela Presidente do Confis na 159ª Reunião, de 01/12/2008, no sentido de que a empresa acate, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado; **(v) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor de Clubes Norte, trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF.** Aprovação pelo Conad do preço mínimo de venda do imóvel em questão, avaliado em R\$ 7.850.000,00; **(vi) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008:** Aprovação da proposta de alteração da referida resolução, que estende o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em novembro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 080/2008, de 05/12/2008).** **5.1. Licitações.** No mês de novembro/2008, ocorreram na Matriz 5 licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nºs 37 a 41; 1 na modalidade Tomada de Preços –05/2008 – tipo Técnica e Preço, ainda, em fase de habilitação para contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria contábil para os 4 trimestres do exercício de 2008; e 1 na modalidade Convite nº 03/2008 – tipo Menor Preço, em homologação/adjudicação. **5.2. Contratações.** Quanto às contratações realizadas no mês de novembro/2008, 1 contrato foi firmado na modalidade Tomada de Preços nº 04/2008 e 2 na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2008 e nº 35/2008, todos contratados com valores abaixo dos estimados. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso.** **6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.619, de 15/12/2008).** Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a)** Não se verificam alterações nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha); **b)** O Confis reitera os pedidos de informações e esclarecimentos solicitados à Companhia através das CI 05, de 10/03/08, e CI 08, de 04/06/08

(observações 1, 2 e 3 do relatório) e pelos registros em atas – observação de nº 4 (Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Confis solicita informações sobre a CI Sureh nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos); e observação nº 5 (Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Confis solicita esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação, em razão do Metrô ter solicitado prazo para o ressarcimento dos valores devidos e não inclusão no Cadin); **c)** O Confis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; **d)** Os débitos não ressarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.606.810,15 (12/12/08), com redução dos valores em relação ao relatório anterior, em razão dos ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Governo do Estado do Espírito Santo/Sec. de Agricultura e Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2601, de 12/12/2008). Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: **a)** Do total de créditos a receber (R\$ 1.852.461.355,28), 90,81% (R\$ 1.682.189.252,20) referem-se a processos já ajuizados e 0,97% (R\$ 17.902.059,21) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,77% das cobranças não cabem ações administrativas; **b)** 7,85% (R\$ 145.477.377,09) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 91,77%, mencionados anteriormente, totalizam 99,63% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; **c)** Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,37%, que corresponde a R\$ 6.892.666,78, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, e aguarda as informações e esclarecimentos da Companhia que foi solicitado via CI Nº 018.

7. Auditoria Interna – Audin. 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 17/12/2008. **a)** Exercício de 2006: O Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria demonstra que não restou mais nenhuma pendência em relação ao exercício de 2006, tendo sido os relatórios nºs 008 e 015 baixados. **b)** Exercício de 2007: **(i)** Relatório de Auditoria nº 031: após posicionamento da Superintendência de Operações - Suope e Superintendência de Contabilidade - Sucon, foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo encaminhado à Sureg-GO, em 02/12/2008, para adoção de providências. Entretanto, o Confis registra que, de um total de 19 pendências, constam 17 não solucionadas desde o mês de maio/2008; **(ii)** Relatório de Auditoria nº 046: o processo encontra-se na Auditoria Interna para reanálise da resposta da Sureg/MS; e **(iii)** Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado, em 15/12/2008 à Diretoria de Gestão de Estoques - Diges/Suope para reavaliação e posicionamento acerca dos oito itens ainda pendentes.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 26 a 28; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 19/12/2008. Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: **a) Relatório nº 26, de 15/12/2008 (Sureg/PR):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o assunto “Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)”, sem recomendações pela Audin; **b) Relatório nº 27, de 15/12/2008 (Sureg/PR):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o tema “Administração e Controle de Patrimônio”, com as seguintes recomendações: 230.1 – Acompanhar as ações de alienação do imóvel, informando à Audin sobre as providências adotadas; 231.1 – Informar à Audin sobre doação do imóvel ao Ibama; 232.1 – Acompanhar o andamento da alienação do imóvel, informando à Audin as providências adotadas para regularização da ocupação pela empresa Ronda e à alienação; **c) Relatório nº 28, de 15/12/2008 (Sureg/PB):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PB com aplicação do Planejamento elaborado com foco na Ação de Auditoria nº 29, e que sofreu 14 recomendações: itens nºs 234.1; 234.2; 234.3; 235.1; 235.2; 235.3; 235.4; 236.1; 236.2; 237.1; 240.1; 241.1; 242.1 e 243.1. Os trabalhos de Auditoria se



concentraram nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, com objetivo de realizar o acompanhamento da gestão e as recomendações são em sua maioria para o atendimento das questões contratuais, observação à legislação, falhas de documentação e comprovantes de quitação e extratos, e registros contábeis. **8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais).** a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 03/12/2008 a 01/01/2009; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; e. Extrato SIASG, SICAF, FORNPJ, CONFORNPJ e Extrato SISBACEN – dezembro/2008 com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Abril a novembro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 137, de 17/12/2008).** O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA, que foi apresentado ao Confis para apreciação, onde se verificam diversas alterações no seu formato, possibilita a visualização dos processos de apuração de uma forma gerencial. Os novos demonstrativos e gráficos atendem aos trabalhos e verificações a cargo deste Colegiado, permitindo uma análise qualitativa e quantitativa das apurações instauradas pela Coger, possibilitando o acompanhamento e evoluções no período ao fornecer dados mês a mês, por unidades da federação e matriz. **10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audin nº 494, de 15/12/2008:** Em resposta à solicitação do Confis registrada na 157ª ata, de 26/09/2008, item 11, letra “b”, a Audin informa que realizou auditoria especial no Cibrius, conforme entendimentos com a Controladoria-Geral da União – CGU, cujos trabalhos abrangeram o período de 2006/2007, e o relatório está em fase final de elaboração e posteriormente será encaminhado ao Confis para conhecimento. A Audin esclarece também que a última supervisão no Cibrius ocorreu em 1999 e planeja realizar auditorias dos períodos passados, de acordo com a capacidade operativa e de forma escalonada. Foi contemplado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint para o exercício de 2009, auditoria especial no Cibrius que abrangerá os anos de 2004, 2005 e 2008. **11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Acórdãos do TCU.** A Conselheira Lúcia Aída apresentou aos demais Conselheiros, cópia do seguinte Acórdão: a) **ACÓRDÃO Nº 2681/2008 – TCU – Plenário (DOU de 01/12/2008, Seção 1, Pág. 148):** Processo nº TC-023.097/2008-5 – Trata-se de representação com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Carvalho e Salem Advocacia Empresarial, que relata possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008, cujo objetivo é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de advocacia perante às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho, no Estado de Goiás, acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a legislação vigente, dar prazo de 15 dias para a Conab – Sureg/GO dar cumprimento ao artigo 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, promovendo a anulação da Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008 no estágio em que se encontra. **12. Assuntos Gerais. 12.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o exercício de 2009.** Definiu-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho para o exercício de 2009 estão agendadas para as seguintes datas: **FEVEREIRO** – 02/02/2009; **MARÇO** – 02/03/2009 e 30/03/2009; **ABRIL** – 24/04/2009; **MAIO** – 29/05/2009; **JUNHO** – 26/06/2009; **JULHO** – 31/07/2009; **AGOSTO** – 28/08/2009; **SETEMBRO** – 25/09/2009; **OUTUBRO** – 30/10/2009; **NOVEMBRO** – 27/11/2009; **DEZEMBRO** – 18/12/2009. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Conab para conhecimento, com vistas à divulgação às Diretorias. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por



encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 161ª, ficou marcada para o dia 2 de fevereiro de 2009.

Lúcia
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

Jose Augusto
JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO